

REFLEXÕES PARA A COMPREENSÃO DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO DE RUA EM SÃO CARLOS

Natália Maximo e Melo
natmmelo@gmail.com
Financiamento: FAPESP

Resumo: Este trabalho tem como objeto de estudo o atendimento à população em situação de rua pela assistência social em São Carlos. No Brasil, há alguns trabalhos que demonstram uma transformação do trabalho das entidades sociais para uma gestão no sentido mercadológico. Por outro lado, o que o presente trabalho pretende investigar é a trajetória de uma instituição estatal de atendimento à população de rua a partir do qual se percebe uma gestão governamental. Embora o atendimento social seja norteador pelas diretrizes da Assistência Social, no entanto, estas são diretrizes gerais incapazes de regular detalhes das relações cotidianas da instituição com a população de rua atendida. Se de um lado, há um mecanismo de gestão através do estabelecimento de critérios para a inclusão de indivíduos no atendimento, por outro lado, ao longo dos atendimentos as regras internas da instituição se transformam em mais um mecanismo de gestão sobre os indivíduos de modo a controlar e disciplinar a população de rua do município.

Palavras-chave: população de rua, gestão do social, instituição.

Introdução

Este trabalho tem como objeto de estudo o atendimento à população em situação de rua pela Assistência Social em São Carlos. Usarei como forma de análise da *gestão da população de rua* a noção foucaultiana na qual o objeto de gestão é a população (Foucault, 2008), sendo que gestão implica em uma racionalidade própria ao Estado e que visa a ampliação de suas forças. A ideia de população, por sua vez, é importante pois implica medir séries de elementos distribuídos em um meio, a partir dela se tem o controle da circulação de coisas e pessoas. E com isso, se estabelece quais são as taxas normais ou não. A estatística é fundamental para o raciocínio que visa gerir uma população.

Seguindo este sentido de *gestão* há pesquisas de alguns autores que buscam compreender processos sociais atuais no Brasil. Dentre eles, resalto o trabalho de Paoli (2007), quem levanta uma problemática acerca da indistinção entre a “gestão” e a política”⁹⁸,

⁹⁸ Paoli (2007) considera política no sentido arendtiano ao entender política como palavra e ação próprias do mundo comum situada na esfera pública. Arendt identifica na modernidade o momento em o Estado toma parte na resolução da pobreza, assim, trazendo para o gerenciamento da política os problemas relativos às necessidades humanas. Esse fenômeno pode ser compreendido como uma desqualificação da política com o surgimento da noção do “social”. Por outro lado, Foucault (2008) aponta na economia política a constituição da noção de população e com ela o surgimento da biopolítica, o poder sobre a vida. A biopolítica conecta o poder soberano, a disciplina e a segurança de modo a enredar poderes em todos os âmbitos da vida, do indivíduo à

inclusive com o predomínio de um raciocínio de gestão sobre as questões sociais. A passagem da política para a gestão também está presente em trabalhos empíricos acerca de entidades do terceiro setor. Alguns trabalhos pesquisados (Magalhães, 2011; Abílio, 2011; e Ferreira, 2011) têm apontado para a introdução da lógica mercadológica no âmbito das entidades sociais do terceiro setor. Isto é verificado por Ferreira (2011) ao se comparar trajetórias de líderes militantes de 2 entidades sociais diferentes e também por Magalhães (2011) ao traçar as mudanças ao longo da trajetória histórica de uma mesma entidades social. Ao comparar os discursos de uma determinada entidade social ao do seu público-alvo, Abílio (2011) também percebe a discrepância entre lógicas como expressão deste esvaziamento da política em um contexto que denominou de “mercado de cidadania”⁹⁹.

Estes trabalhos apontam para uma combinação entre a racionalidade técnica econômica e as medidas governamentais, diante disso, as políticas públicas passam a ter função de gerenciar recursos públicos de modo a distribuí-los a grupos específicos. Neste sentido, não há espaço para reivindicações, debates, isto é, para a política.

Se, neste item expusemos que há uma imbricação da lógica mercadológica nas entidades sociais e que culmina na despolitização das entidades sociais as quais tendem a atuar para a gestão das políticas sociais, a seguir adentraremos um tema específico e a partir dele buscaremos esmiuçar mais detalhes dessa lógica de gestão do social empreendido, não por entidades do terceiro setor mas sim pelo poder estatal.

Para compreender melhor essa questão trataremos do processo de construção da categoria “população de rua” por meio da ação de diversos atores sociais, passando pela constituição do Movimento Nacional da População de Rua e, em 2009 a promulgação do

população, tanto nos aspectos biológicos quanto nos sociais. O que Foucault está discutindo não é política, mas sim, governo de uma população. Medi-la, controlá-la desde o nascimento à morte se torna importante para o crescimento do Estado. Inspirada tanto por Arendt quanto por Foucault, Paoli chama de “gestão da vida coletiva” ao modo como o Estado busca alcançar gerir aspectos da vida privada da população. A preocupação está na tendência de contaminação da esfera privada pela esfera pública, o que produziria um mundo indistinto em que o “social” prevalece sobre o político e assim pode ser gerido.

⁹⁹ Todos esses três trabalhos ressaltam que as entidades sociais na década de 1980 atuavam reivindicando do Estado responsabilidades ante as questões sociais, contrapunham-se a ele e mantinham autonomia frente a partidos e aos aparelhos do Estado. A reivindicação de direitos sociais era a chave a partir da qual as entidades sociais atuavam. No entanto, a partir da década de 1990, depois da redemocratização, a lógica associativa se altera. Se, de um lado, a ideia do Estado mínimo faz com que as entidades do terceiro setor se tornem mais visíveis socialmente, consideradas como opções positivas para lidar com as questões sociais (o que faz pensar em uma humanização do capitalismo), por outro lado, tal reconhecimento do terceiro setor aconteceu concomitantemente a processos que acirram a competitividade entre suas entidades em busca de recursos financeiros, sejam eles vindos dos governos ou de empresas privadas. As ideias ligadas à “responsabilidade social” das empresas privadas, “Estado mínimo” e “empreendedorismo social” adotada pelas ONGs formam um emaranhado conceitual que faz com que as relações entre público e privado não sejam vistas como contraditórias pois fazem parte de uma mesma lógica compartilhada.

decreto que firma a Política Nacional para a População em situação de rua. Com isso, passa-se a se constituir o atendimento público a essa população nos municípios. O caso de São Carlos será explicado no item 2.

1. A construção de uma “população” em situação de rua.

Primeiramente, é preciso compreender que “população de rua” não foi sempre entendida do mesmo modo como é hoje. DeLucca (2011) reconstituiu a história dessa categoria a partir da trajetória dos atores e instituições que atuaram deste a década de 1970 em São Paulo. O autor argumenta que a “população de rua” se torna de fato uma questão social em São Paulo no fim do século XX. Mas para isso, foi necessário que diversos atores agissem para que fosse possível, enfim, se configurar a “população de rua” como objeto de intervenção política.

Termos como “mendigo”, “bêbado”, “pedinte”, “vagabundo” sempre foram usadas para denominar indivíduos privados tanto de condições de vida mínimas quanto de visibilidade política. Estes termos expressam um entendimento de que a vida na rua seria um problema privado, sem interesse para o coletivo. Mas a atuação de entidades sociais, principalmente religiosas, permitiu construir uma percepção de coletividade a pessoas sob tais condições de vida e permitiu que se iniciasse um processo de publicização deste grupo.

No caso do estado de São Paulo, De Lucca mostra que um grupo religioso (as ablatas) foi o primeiro a atender as pessoas que viviam nas ruas, estes considerados “marginalizados”. Depois, incorporaram a denominação “sofredores” em contraponto aos termos estigmatizantes como “mendigo”, “vagabundo”, “maloqueiro”, etc. Neste momento, o discurso religioso significava o viver nas ruas a partir do entendimento do sofrimento cristão. O termo “povo da rua”¹⁰⁰ designava pessoas que compartilhavam desse modo de vida sofredor.

Na década de 1980, a questão do trabalho predominou nas interpretações sobre a pobreza e os catadores de papel ganharam visibilidade pública. A rua é reconhecida como meio de sobrevivência onde trabalhadores precários atuam por falta de outras alternativas de emprego. No governo de Erundina (1989-1992) medidas em prol do povo da rua foram tomadas. Vários convênios com organizações sociais foram feitos, foi criada a Casa de Convivência,

¹⁰⁰ É interessante ainda ressaltar que o povo não é objeto de governo, segundo Foucault (2008). O povo faz resistência aos dispositivos de poder enquanto que a população não. Esta pode ser medida pelas estatísticas e controlada pelos dispositivos de segurança.

seminários foram realizados, vários atores debateram a “construção de políticas públicas”.

É na década de 1990 que o termo “população de rua” começa a ser usado. Em 1991 houve o Dia de Luta da População de rua e em 1992, é publicado o Livro “População de rua: quem é, como vive, como é vista”. No governo de Maluf esses atores entendem que as medidas governamentais só continuarão se houver lei. Então, buscam a promulgação de uma lei mas durante os governos de Maluf (1993-1996) e Pitta (1997-2000) a regulamentação desta não ocorre. A lei é regulamentada em 1997, não apenas define a população de rua mas também prevê a realização periódica de um censo desta população.

Esse novo entendimento, faz com que se cunhe o termo “população de rua” como o vocábulo tecnicamente correto a partir do qual estas pessoas fossem contabilizadas em estatísticas.

De Lucca explica que

Para que a vida na rua fosse reconhecida como um dilema público, e não apenas como assunto privado (...) para que deixasse de ser unicamente alvo de violência e repressão estatal e se tornasse também objeto de assistência e proteção formalizada, para que não fosse apenas objeto de intervenção e se transformasse em sujeito político de um discurso e de uma prática sobre si (...) foi necessária a tessitura de uma rede de inteligibilidade capaz de tomar a experiência das ruas, suas misérias e infortúnios de outra forma. (De Lucca, 2011).

Esse percurso na história da constituição de uma categoria que pode ser medida e gerida pelo governo ou mesmo pelas entidades sociais demonstra dois processos diferentes. Primeiramente, foi preciso tornar público um problema social que até então estava restrita ao espaço privado, individual. Depois de se tornarem visíveis publicamente é que foi possível a criação de leis, instituições, políticas sociais e práticas assistenciais específicas direcionadas a um conjunto de pessoas, “população de rua”.

Percebe-se que De Lucca se inspirou nas análises de Foucault para buscar a genealogia da população de rua como questão social no estado de São Paulo. Quando se busca informações acerca da Política Nacional para a População em situação de rua, encontra-se a participação do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) como um ator político pois visa dar visibilidade e debater políticas públicas para a população de rua. Sua história está vinculada a ações de outros movimentos já existentes nas capitais dos estados.

No fim dos anos 1990, várias cidades como Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre, Fortaleza, São Paulo apresentavam mobilizações em prol das pessoas que vivem na rua (movimentos que se juntavam a outros, como os de catadores e os religiosos) para dar

visibilidade à população de rua abordando temas como o preconceito, a violência e a falta de políticas públicas para essa população.

Sobre o processo de organização do MNPR, Anderson Miranda relata:

O movimento começa a se organizar da rua para rua a partir de 2004 quando houve a chacina no centro de São Paulo, quando 16 pessoas da rua foram barbaramente agredidas e 7 vieram a óbito e duas testemunhas foram mortas. Foram 9 pessoas da rua mortas, 2 testemunhas, 2 moças que eram da rua, viviam na baixada do Glicério. Foi extermínio mesmo. Aí começamos a mobilizar junto com a Pastoral e vimos que deu certo. Em um dia de eleição do Conselho de monitoramento na Casa de oração - quem organizou essa eleição fomos nós - conseguimos levar 1000 pessoas, então, se conseguimos levar mil pessoas nós conseguimos fazer um Movimento. E lançamos o Movimento Nacional em São Paulo. Fomos para Belo Horizonte em setembro num encontro com o ministro Patrus, e pedimos para o ministro - na época ministro da assistência social-pedimos a política da população de rua. Ele foi conversar com Lula. , começa de fato o Movimento que foi lançado nacionalmente em 2005. (Miranda, presidente nacional do MNPR, entrevistado em 7 de junho de 2013)

Em 2005, o MNPR é reconhecido como movimento nacional e neste mesmo ano, um primeiro encontro nacional sobre a população de rua é realizado. O MNPR participou intensamente dos debates que vieram a construir a Política Nacional para a População de rua, o que se deu em 2009 com o decreto 7053. Mas antes disso, entre os anos 2007 e 2008, o Ministério do Desenvolvimento Social realizou uma Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua buscando caracterizar o conjunto dessa população a partir de uma amostra retirada de 71 municípios brasileiros, sendo 23 capitais e outras cidades com população maior de 300 mil habitantes. O resultado dessa pesquisa foi divulgado em 2009¹⁰¹. Neste mesmo ano, o decreto 7053 é assinado pelo presidente Lula garantindo direitos à população em situação de rua¹⁰².

Depois de 2009, não foi feito outro censo nacional sobre população em situação de rua. O censo populacional realizado pelo IBGE utiliza como critério de coleta de dados o domicílio, portanto, quem não tem moradia fixa dificilmente é contabilizado à população brasileira. As grandes cidades produzem seus censos, o que permite ao governo federal trabalhar com estimativas para o Brasil.

Para se ter uma ideia da dimensão da população em situação de rua atualmente,

¹⁰¹ Segundo Foucault (2008), a realização de censos é um procedimento capaz de estabelecer as taxas normais que caracterizam uma população. Uma vez que se tem o que é considerado normal, só então são criadas as normas, as leis. Este é um procedimento da gestão governamental.

¹⁰² 5A definição utilizada pela Assistência Social está na *Política Nacional para a população em situação de rua*. Segundo este documento: Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (decreto n.7053 de 23 de dezembro de 2009).

segundo Anderson Miranda (presidente do MNPR) há estimativas oficiais de que na capital paulista atualmente sejam mais de 15.000 pessoas vivendo nas ruas e no estado de São Paulo cerca de meio milhão. Este resultado foi obtido por dados da secretaria de Assistência Social ao contabilizar o total de pessoas que passaram por equipamentos sociais em um mesmo dia. A realização de censos, formulação de estimativas está intimamente ligada à existência de equipamentos públicos destinados a essa população.

A partir da Política Nacional vem sendo expandida a rede de atendimento a essa população nos municípios brasileiros a partir do Sistema de Assistência Social (SUAS) em unidades conhecidas como CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social) que se destinam a atender pessoas em situação de violação de direitos, ou ainda, Centro-Pop, com mesmo objetivo do CREAS mas que também acolhem as pessoas atendidas durante o período do dia, oferecendo serviços de alimentação, higiene, guarda de pertences e atividades educativas e/ou ocupacionais, além dos atendimentos de assistentes sociais, psicólogo, advogado, terapeuta ocupacional.

Cabe a cada município realizar seu censo a respeito da população de rua. É o que ocorreu em cidades do interior do estado como Araraquara e Franca a fim de pleitear recursos para a constituição de Centros-Pop. Em ambas cidades do interior paulista foram criados Centros-Pop apenas em 2013.

Já o Centro – Pop em São Carlos foi criado em 2008, não promoveu um censo mas buscou produzir uma pesquisa para caracterizar a população de rua local. A peculiaridade de São Carlos é ter tido entre os formuladores da política municipal para a população de rua pessoas que também participavam de reuniões em São Paulo acerca da formulação da Política Nacional e ter promovido reuniões locais para estimular um debate político antes mesmo da criação do Centro- Pop.

Veremos no item a seguir alguns dos procedimentos de atendimento à população em situação de rua no Centro-Pop de São Carlos. Com isso, pretende-se compreender em nível local este processo de gestão da questão social, como colocado por Paoli (2007).

2. O atendimento assistencial à população em situação de rua de São Carlos

Neste item relataremos brevemente como se deu a formação do Centro-Pop no município e, posteriormente, descreveremos também o trabalho desta instituição diante do seu público-alvo, a chamada “população em situação de rua”. As informações foram obtidas a

partir da experiência de trabalho realizado ao longo de 2010 no Centro-Pop em São Carlos e de uma recente coleta de documentos e conversas com funcionários desta instituição em 2013 no âmbito do doutorado. Entre os documentos pesquisados no Centro-Pop foram encontradas atas de reuniões do período 2008 a 2009, 2011 a 2012 e também ata de assembleias realizadas com a população de rua frequentadora no Centro-pop entre 2009 a 2012. Outros documentos interessantes coletados são anotações feitas por duas assistentes sociais que trabalharam na criação do criação.

Estas anotações mostram que foram feitos contatos com professores e estudantes da UFSCar em um projeto de extensão, também eram contatadas entidades religiosas que já trabalham com população de rua como o Posto de rua (espíritas) e a Pastoral de rua (católicos), reunião com moradores de um bairro onde se concentram pessoas em situação de rua juntamente com o padre da igreja local. Esses registros também mostram tentativas de articulação com outras secretarias do governo municipal como a de Saúde, Ciência e Tecnologia, Habitação, Economia Solidária. Também se vê uma sequência de projetos e contratos com educadores que realizavam oficinas e também havia a atividade de voluntários. Essas anotações das assistentes sociais que iniciaram o trabalho com população de rua em São Carlos também mostram que elas participavam de reuniões em São Paulo e tinham contatos com outros profissionais em Araraquara e Campinas no período em que se discutiam a Política Nacional para a população em situação de rua.

Além disso, elas também procuravam a participação das pessoas atendidas no albergue e no Centro-pop de São Carlos nas temáticas de discussão das reuniões de São Paulo. Por exemplo, quando iria acontecer uma reunião sobre a questão da Saúde e população de rua em São Paulo, dias antes no Centro-pop em São Carlos, as assistentes sociais promoviam uma reunião com a mesma temática com as pessoas em situação de rua para assim, levantar suas opiniões e participação e havia a escolha de um representante dos moradores de rua que iriam juntamente com as assistentes sociais à São Paulo para participar das discussões.

Então, percebe-se uma preocupação grande, na época de criação do Centro-Pop, de promover participação, e de adequar o recente Centro-Pop a uma Política que estava sendo formulada.

Na ata de 2008 a 2009, há registro de todas as atividades diárias do Centro- Pop. Similar a um diário essa primeira equipe formada por duas assistentes sociais (sendo uma delas concursada e a outra contratada temporariamente) juntamente com uma Terapeuta Ocupacional e o coordenador do albergue noturno registrou todas as atividades que

desempenhavam ao longo de cada dia, fossem atividades junto à população de rua, fossem reuniões técnicas. Já as atas seguintes formuladas por outras equipes de profissionais já não tem o mesmo caráter de diário que a primeira e se referem a registros unicamente de reuniões entre a equipe de profissionais, havendo outra ata para relatar as reuniões com os atendidos no Centro-pop (as Assembléias) e outras formas de registros para as atividades de oficinas educativas, para os atendimentos individuais, etc. Portanto, multiplicam-se as formas de registro das atividades no interior do Centro-Pop e já não se confunde mais o trabalho dos técnicos com a participação das pessoas atendidas no local. A partir de 2012, as assembléias acabaram. E em 2013, as oficinas também praticamente não ocorrem. Ou seja, os momentos de participação e maior envolvimento entre a equipe de profissionais e a população de rua atendida se acabam e com elas também os registros escritos dessas relações.

Deixando de lado essa trajetória da produção de registros sobre a instituição e passando ao trabalho cotidiano de atendimento à população de rua no Centro-Pop, é importante ressaltar que embora seja norteado pelas diretrizes da Assistência Social e especificamente pela Política Nacional para a População em Situação de rua, no entanto, o que se observa é que estas diretrizes gerais são incapazes de regular detalhes das relações diárias com a população de rua. Apenas para dar um exemplo, a Política Nacional não diferencia itinerantes da população de rua local, no entanto, o atendimento no CREAS em São Carlos faz esta diferenciação.

Mesmo com a promulgação da Política Nacional da População em Situação de rua em 2009 as equipes profissionais que atuavam com esse público buscaram definir, dentro do contexto municipal, quem é o público-alvo do Centro-Pop.

Esse esforço de definição do público-alvo também é um trabalho de estabelecer a fronteira entre inclusão e exclusão do acesso a esse serviço público. A aceitação de um novo atendido no Centro-Pop podia ocorrer de várias maneiras e segundo alguns critérios. A primeira equipe de profissionais do Centro-Pop, em 2008, criou os critérios de inclusão de atendidos fixados em regimento interno. Esses critérios se referiam a: i) ser originário ou ter vínculos na cidade, ii) estar em situação de rua há mais de 6 meses e iii) estar na faixa etária entre 18 a 60 anos.

Para aplicação desses critérios no dia a dia do trabalho, em 2010, a equipe de profissionais procedia da seguinte maneira: a primeira etapa para se definir a inclusão de um indivíduo no Centro-Pop era a entrevista de triagem. A partir destas entrevistas buscava-se identificar se o indivíduo era um "caso de atendimento" no Centro-Pop. Não sendo, então,

seria encaminhado para outros serviços da Assistência social municipal ou, outros, como a rede de saúde. Caso fosse decidido atendê-lo, era preciso definir o que seria proposto para ele como cumprimento de algumas regras, por exemplo, participação em atividades como oficinas, pernoite em albergue; e, ainda, se sua permanência no atendimento seria por tempo indeterminado ou se teria um prazo; se ocorreria diariamente ou apenas durante alguns dias da semana em horários determinados.

Para tomar essas decisões era procurado identificar a vulnerabilidade no indivíduo na rua. Era dada prioridade para aqueles que demonstravam maior necessidade, maior tempo de rua ou que teriam maior dificuldade de conseguir sair da situação de rua. Os jovens, aqueles com algum trabalho informal ou algum vínculo familiar, mesmo que frágil, eram considerados com mais chances de sair da situação de rua. Para esses era dado algum prazo ou permitido que frequentassem o Centro-Pop apenas por algum período do dia ou alguns dias da semana.

Apesar de todos esses critérios e todo esse raciocínio necessário para definir a inclusão ou exclusão de um indivíduo no atendimento da assistência social, ainda assim, sabia-se nunca é possível ter controle sobre as falas dos indivíduos e todo os aspectos que compõem a situação de rua. Por isso, os critérios de definição para inclusão no serviço eram intensamente discutidos em 2010 uma vez que os critérios básicos estipulados em regimento não davam conta da diversidade de pessoas que procuravam o Centro-Pop. Por exemplo, a delimitação por idade fazia com que pessoas fora dessa faixa simplesmente não tivessem um serviço público a recorrer, portanto, para os casos de idosos esse critério era flexibilizado e essas pessoas também eram atendidas. O critério de tempo vivendo nas ruas de São Carlos também passou a ser flexibilizado, pois percebia-se que não é o tempo que define a situação de rua mas um conjunto de fatores sociais que se dão ao longo do tempo, como perda dos vínculos familiares, empregatício além da situação de saúde, que, em situação de rua tende a se depreciar rapidamente. Pessoas com menos de 6 meses de rua também passaram a ser atendidas pelo Centro-Pop pois percebia-se que não aceitá-los era apenas uma forma de adiar um atendimento que seria feito dentro de mais algum tempo pois, uma vez em situação de rua, as condições de sair dela são raras. Pessoas com histórico de situação de rua (os reincidentes) também tendiam a ser aceitas, pois os profissionais percebiam um padrão de comportamento entre alguns frequentadores do Centro-Pop que era retorno para casa de familiares por um tempo, mas com sequência de ruptura de relações novamente, ou então, trabalhos temporários que com o término levavam ao retorno às ruas.

Em 2012, com uma nova equipe de profissionais atuando, os procedimentos diante dos “casos de atendimento” reinterpretaram os mesmos critérios de inclusão no atendimento do Centro -Pop de modo a não mais excluir quem tivesse menos de 6 meses de trajetória de vida na rua. Mas sim, atuando de forma diferente de acordo com esse “tempo de rua”. Segundo a assistente social desse período, a rapidez do atendimento dependia do tempo de rua, se a pessoa estive na rua há 1 dia a família era procurada imediatamente, se a pessoa estivesse na rua há 6 meses então se planejava seu retorno à família e estratégias para rapidamente sair dessa situação. Se a pessoa vive na rua há um ano ou mais é preciso pensar os motivos para isso, tentar entender mais para então planejar estratégias. Portanto, cada equipe de profissionais que se seguiram entre 2009 a 2013 no Centro -Pop entendia os mesmos critérios de modo diferentes e adaptavam os procedimentos de trabalho conforme achassem necessário diante dos diferentes “casos de atendimentos”.

Mas, uma vez que o indivíduo fosse classificado como “caso de atendimento do Centro-Pop”, passa-se então, a ser integrado à população em situação de rua do município, é contabilizado nesta estatística, seus dados e históricos de vida são registrados em prontuários.

Como instrumento para essas práticas de atendimento, uma série de documentos são elaborados no dia a dia do trabalho, desde fichas de triagem, prontuários da Assistente Social, da Psicologia, da Terapeuta Ocupacional, fichas de chamados da população, diários das abordagens das educadoras, diários de frequência das oficinas, atas de reuniões, ofícios, pesquisas, relatórios mensais solicitados pela Secretaria Municipal extraordinariamente. Todo esse conjunto de informações organizadas constitui saberes formalizados em documentos. Cabia ao Centro-Pop coletar informações sobre a população de rua e as registrar, definir, a população em situação de rua e planejar suas práticas.

Além disso, a hierarquia do poder público fazia com que a equipe de profissionais do Centro-Pop necessitasse apresentar relatórios periódicos à secretaria municipal.

Portanto, toda informação obtida necessitava sempre ser escrita, datada. Desse modo, a instituição exercia controle sobre as informações do indivíduo e por meio também dos registros escritos é que era possível o exercício do poder das instâncias da poder municipal sobre o Centro-Pop.

A instituição produzia classificações, definidoras da população de rua que sem essa interferência talvez não fossem assim classificadas. Criavam-se indivíduos em situação de rua ao nomeá-los e classificá-los segundo esta categoria, o que ficava registrado em diversos documentos. Além de constituir o registro documental da população de rua, o Centro-Pop

também propiciava que convivessem uns com outros e fossem submetidos a regras e padrões de comportamento semelhantes, independentemente da diversidade de situações entre as pessoas.

O que se percebe desse relato acerca das rotinas de trabalho assistencial envolvendo a definição e, conseqüentemente, a produção da população em situação de rua do município é que uma vez que se configura uma população como objeto de gestão governamental tem-se que vários aspectos da vida dessas pessoas está sob a administração de instituições.

Foucault (1999) entende essa questão referente ao controle sobre a vida humana como biopoder. Este se liga, por um lado, à disciplina dos corpos domesticando-os, normalizando-os, o que tem como foco o indivíduo, mas por outro lado, se estende até o governo da população e, um exemplo disso são os censos e as pesquisas. Já Arendt (*apud* Keinert, 2005) entende que à indistinção entre esfera pública e privada surgida com o “social” (esfera do indistinto entre o público e privado) fez com que o âmbito das necessidades privadas pudessem ser geridas como se fossem de domínio público. A gestão do social não é outra coisa a não ser a gestão das necessidades privadas da população, passando por aspectos que são verificados no Centro-Pop como é a alimentação, a higiene, o sono.

Para o caso das pessoas em situação de rua a definição do que é essa situação e mais, a definição de quem é “caso de atendimento” da instituição definem não só a inclusão ou exclusão em uma política social mas também a possibilidade de sobrevivência, a possibilidade de ter alimentação, local para dormir e higiene mínima, embora de modo regulado, disciplinado pelos horários e regras da instituição.

3 Os mecanismos de poder sobre os corpos da população de rua no Centro-Pop

Tudo o que foi discutido no item anterior faz-nos pensar que as políticas de assistência social são objetos importantes para se observar os mecanismos da biopolítica. Tentaremos aqui sobre uma situação presenciada em 2010 e que permite refletir sobre o aspecto biopolítico da gestão da população de rua em um Centro-Pop.

A Assistência Social preza por valores de autonomia, igualdade, democratização, respeito às diferenças. Esses ideais perpassavam frequentemente as discussões das reuniões dos profissionais do Centro-Pop. Eram comuns questionamentos sobre: “Como agir sem impedir a liberdade de ir e vir de cada um?”, “O que fazer para que Fulano tenha mais autonomia?”, etc. Por outro lado, a equipe de profissionais se deparava com inúmeras

situações de imposição de limites às atitudes dos atendidos. Assim, o trabalho profissional do Centro-Pop era permeado ao mesmo tempo pela “autonomia” como valor social e pelo controle sobre os indivíduos. Contradições que formavam uma dinâmica na qual quanto mais se traçava controles mais era preciso definir momentos de liberdade. O que, por sua vez, exigiria mais controle e assim por diante.

Frequentemente as orientações da equipe aos usuários perpassavam assuntos relativos ao uso do próprio corpo (sexo, higiene, vícios, alimentação) e também condutas com relação os demais, ou seja, concepções do “ser educado” conforme a visão dos membros da equipe profissional. Neste sentido, várias regras existiam para moldar os indivíduos a padrões aceitáveis de conduta e de higiene. Um exemplo bastante emblemático ocorrido em 2010 se referia ao banho.

Inicialmente, havia uma regra que afirmava que quem pernoitasse no Albergue lá tomaria o banho diário deixando o banho no Centro-Pop apenas para os itinerantes ou para situações excepcionais, como idas a médicos, imprevistos. Ou seja, inicialmente o banho no Centro-Pop não fazia parte da rotina diária dos frequentadores da instituição.

Durante um período de 2010, foi decidido pela equipe que o banho no Centro-Pop seria livre para quem e quando quisesse. Essa medida se baseava na pressuposição de que os atendidos eram todos competentes a tomar decisões acerca de sua própria higiene, afinal, “não estamos lidando com crianças e sim com sujeitos autônomos”.

Mas, percebe-se que o banho na situação de rua tem um significado para além da higiene corporal e é parte de um ritual para realizar algumas atividades ou enfrentar certas situações, por exemplo, ir a médico, procurar emprego, visitar familiares. Além da limpeza corporal o banho significa uma transformação na situação social do indivíduo marcada por uma mudança (mesmo que momentânea) no corpo.

A demanda por banho, toalhas, roupas, barbeador, shampoo e mesmo roupas doadas se tornou grande e passou a envolver todos os membros da equipe. Diante de tantos atendidos por dia (cerca de 30 pessoas) não havia recursos materiais e humanos em quantidades disponíveis para todos os pedidos. Os banhos exigiam um serviço frequente de limpeza do banheiro, o que prejudicava outros serviços pois só havia uma funcionária responsável pela limpeza de todo o Centro-Pop. A equipe de profissionais passou a se incomodar em ser solicitada frequentemente com serviços que não eram especializados de cada função profissional, tendo que deixar outras tarefas para buscar toalhas, por exemplo. E, com a contínua procura por banho, começaram a aparecer situações em que os profissionais

passaram a ter que definir prioridades de quem tomaria banho primeiro, etc.

Diante de tudo isso, o banho começou a ser restringido. Primeiramente, foi estipulado horários permitidos para o banho restringindo, assim toda essa dinâmica que o banho exigia da instituição. Depois de mais um tempo, voltou-se a pedir que o banho fosse usado apenas se fosse muito necessário e que o banho diário voltasse a ser feito apenas no albergue para quem lá pernoitava. Ou seja, buscou-se o retorno à situação inicial a fim de restabelecer, assim, uma margem de controle da instituição sobre indivíduos.

Essa situação do banho é um bom exemplo para compreender que diante de recursos materiais e humanos escassos, a instituição precisa estabelecer regras com objetivos racionais, gerenciar recursos materiais e humanos. Mas, mais do que isso, este é um exemplo de como se dá em uma instituição local a gestão de uma necessidade básica, o banho. Acrescido a isso, o banho exigia uma série de aconselhamentos a respeito do uso do corpo, sobre tirar a barba, cortar as unhas, o cabelo, lavar as roupas. Relembrando Foucault, é no detalhe que se exerce a disciplina. Esta se aplica sobre os corpos visando moldá-los, melhorá-los.

Este exemplo foi escolhido porque na época ganhou importância, foi questionado pelas pessoas atendidas pelo Centro-Pop e foi tema de discussão entre os profissionais da equipe. É quando surge uma tensão, uma crise, é que se faz ver o que não é natural, mas sim, que se tratava de um processo de poder sobre necessidades humanas.

Com esta situação presenciada no Centro-Pop pode-se ter um panorama de como ocorre a biopolítica no âmbito da população em situação de rua em nível local. Tem-se tanto o gerenciamento das informações e registro documental acerca de cada indivíduo atendido na instituição, quanto, por outro lado, normas (não escritas) que regulam aspectos das necessidades básicas, como o banho.

Considerações finais

Embora a construção da categoria "população de rua" em São Carlos tenha contado com a participação de vários atores na esfera pública, instituições religiosas, universidade, vários profissionais da Prefeitura, assim como as pessoas em situação de rua de modo a se buscar a ampliação da participação política de vários atores do município em prol da criação do Centro -Pop, contudo, ao longo da atuação desta instituição ao longo do tempo há situações que demonstram a combinação entre gestão e política, como foi possível perceber pelos documentos que se referem à criação do Centro-Pop em São Carlos. Embora o Centro-Pop tenha sido criado a partir de participação e discussões com a própria população de rua, ao

longo do tempo, o trabalho cotidiano da instituição foi reduzindo os espaços de participação, porém, o processo de produção de registros em prontuários, relatórios, etc não teve alteração.

Além dessas 2 dimensões da gestão da população mencionadas, a que limita a entrada de pessoas na categoria “população de rua” e portanto, ao direito aos serviços do Centro-Pop, e a gestão das informações da população de rua “caso de atendimento” por meio de todas as formas de registro escrito, há ainda outro aspecto da gestão comentado aqui é aquele que se faz sobre os corpos dos indivíduos. Esta forma de gestão não é registrada em documentos mas existe através de normas que são estabelecidas no interior da instituição. É o que foi demonstrado na situação do banho. Neste caso, houve o predomínio da gestão no seu modelo biopolítico, ou seja, gestão sobre a vida, sobre as necessidades básicas do indivíduo. Como vimos, entre a proposta de promover a autonomia dos indivíduos e a regulação de suas condutas no interior da instituição, no caso do banho prevaleceu a última opção.

Referências Bibliográficas

ABÍLIO C. A gestão do social e o mercado da cidadania. In: Cabanes, R. Georges, I, Rizek, C., Telles, V. (org). *Saídas de emergência. Ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo Editorial. 2011.

AGAMBEM, G. *Homo sacer. O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ARENDT, H. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

De Lucca, D. Sobre o nascimento da população de rua: trajetórias de uma questão social. In: Cabanes, R. Georges, I, Rizek, C., Telles, V. (org). *Saídas de emergência. Ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo Editorial. 2011.

FERREIRA, S. C. M. Atores do trabalho social: continuidades e discontinuidades. In: Cabanes, R. Georges, I, Rizek, C., Telles, V. (org). *Saídas de emergência. Ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo Editorial. 2011.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade. curso no collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

KEINERT, F.C. *O social e a violência no pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo. Dissertação (mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2005

LAZARATTO, M. *Del poder a la biopolitica*. Disponível em: www.sindominio.net/otrascosas/lazarato.htm. Acesso em 25 de junho de 2012.

MAGALHÃES, J. C. As entidades sociais e o surgimento de uma gestão concorrencial do engajamento cívico. In: Cabanes, R. Georges, I, Rizek, C., Telles, V. (org). *Saídas de emergência. Ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo Editorial. 2011.

MNPR. História do Movimento Nacional da População de Rua. Disponível em: http://www.falarua.org/index.php?option=com_content&view=article&id=70&Itemid=88. Acesso em: 02/08/2012.

PAOLI, M. C. O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política. In: Oliveira, F., Rizek, C. (orgs). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo. 2007.